

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Continuar a acompanhar as despesas com o arrendamento de imóveis e o planeamento da construção de novos edifícios de serviços públicos

A sociedade tem prestado atenção às despesas do Governo com o arrendamento de propriedades privadas. Nos últimos anos, para racionalizar o erário público e reduzir os encargos financeiros, o Governo tem-se empenhado na construção de edifícios próprios e na promoção da concentração de serviços públicos da mesma área de governação ou com atribuições relacionadas. Esta medida não só reduziu eficazmente as despesas com as rendas, como também reforçou a coordenação e a gestão entre os serviços, elevando ainda mais a eficiência administrativa pública e a qualidade dos serviços prestados à população.

No passado, com a entrada em funcionamento do Edifício Multifuncional do Governo no Lote O1 dos Aterros do Pac On, do Edifício do Posto Fronteiriço Qingmao e do Edifício Público no Lote 6K da Zona de Aterros do Porto Exterior, a Direcção dos Serviços de Finanças afirmou, na resposta a uma interpelação minha, que, tomando como exemplo o arrendamento de escritórios, armazéns e lugares de estacionamento, as despesas em Dezembro dos anos de 2019 a 2022 foram, respectivamente, de cerca de 70 milhões, 69 milhões, 62 milhões e 57 milhões de patacas, enquanto em Maio de 2023, as despesas com as rendas mensais atingiram 54 milhões de patacas. Estes dados demonstram a eficácia na poupança de recursos na construção de edifícios próprios.

Perspectivando o futuro, a conclusão das obras das superestruturas do Bloco 1 (Lote 12 da Zona de Aterros do Porto Exterior) e do Bloco 2 (Lote 25 da Zona de Aterros do Porto Exterior) do Edifício da Administração Pública de Macau está prevista para o próximo ano, enquanto a conclusão das obras das superestruturas do Edifício Público no Lote Q-1d dos Novos Aterros do Porto Exterior está prevista para 2028. Prevê-se que, após a conclusão destes três edifícios, o Governo passe a dispor de um volume considerável de espaços para escritórios, reduzindo assim a sua dependência do mercado privado de arrendamento.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Com a conclusão de vários edifícios do Governo e a sucessiva desistência de arrendamento de instalações por parte dos serviços públicos nestes últimos anos, quais foram os resultados concretos obtidos em termos de redução de despesas com o arrendamento de imóveis?

2. Em relação aos três edifícios públicos dos Novos Aterros do Porto Exterior e da Zona de Aterros do Porto Exterior, de que planos concretos de distribuição dispõe o Governo e qual é a respectiva calendarização para as diferentes fases?

3. Neste momento, uma parte das propriedades do Governo é gerida pela Direcção dos Serviços de Finanças e outra é gerida autonomamente por outros serviços ou organismos. Assim sendo, como é que o Governo vai uniformizar os mecanismos de gestão e fiscalização das propriedades, com vista a assegurar a utilização eficaz dos recursos públicos?

18 de Julho de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong Sun Iok